

SAÚDE PLANETÁRIA

USO DE MEDICAÇÕES INEFICAZES PARA TRATAR OU PREVENIR A COVID-19: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Marina Nascimento Brito[1]

Shauan Keven Rocha Fontes[2]

Andréa Evangelista Lavinsky[3]

A COVID-19 é uma doença infectocontagiosa causada pelo SARS-Cov-2 e, com o avanço do contágio e dos índices de mortes, o mundo inteiro direcionou esforços para estudos, a fim de desenvolver métodos de tratamento e profilaxia contra a doença. No segundo semestre de 2020, a ivermectina passou a ser apontada como um método de tratamento e profilaxia para a COVID-19 nas redes sociais, supostamente fundamentada em estudos in vitro, que exigiam altas doses da medicação, ultrapassando o perfil de segurança estabelecido. Esse estudo objetivou descrever e analisar materiais publicados sobre uso de medicações ineficazes para prevenir ou tratar a COVID-19 em um município do sul da Bahia. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo retrospectivo, de abordagem qualitativa, do tipo análise documental, no qual foram verificados decretos, portarias e documentos relacionados ao uso de medicações ineficazes para prevenir ou tratar a COVID-19, publicados no diário oficial do referido município, no período de agosto de 2020 a dezembro de 2021. Dentre todas as publicações, a edição de Nº 2.501 de 03 de agosto de 2020, publica um suposto “Protocolo para uso da ivermectina durante a prevenção e tratamento da COVID-19” e uma portaria que designa médico específico para a prescrição da medicação. A partir dessa publicação, a prefeitura recomenda o uso da medicação Ivermectina, administrada em doses diferenciadas para pacientes assintomáticos, testados positivos ou negativos. Além disso, recomenda o uso da medicação associado a polivitamínicos, zinco e azitromicina em pacientes sintomáticos ou com teste positivo. O protocolo traz em anexo termo de consentimento que deveria ser assinado pela população, além de referências contraindicadas pelas sociedades científicas. A atitude faz com que recursos públicos e recursos humanos sejam empregados de forma ineficiente e irresponsável, dando uma falsa sensação de segurança à população, consequentemente levando os munícipes a não aderirem às medidas reconhecidamente eficazes, além de não garantirem o direito à autonomia dos cidadãos, que não detêm todas as informações necessárias para a tomada de decisão. Com isso, pode-se observar que o uso indiscriminado da ivermectina e outros medicamentos para tratar ou prevenir a COVID-19 foi adotado como estratégia pelo município, em contraposição às evidências científicas.

[1] Graduanda em Enfermagem na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Voluntária do Núcleo de Educação em Enfermagem (NEENF/UESC). Secretária do Movimento O Povo e o SUS (PSUS). E-mail: mnbrito.efe@uesc.br

[2] Graduando em enfermagem na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Bolsista do Núcleo de Educação em Enfermagem (NEENF/UESC). Coordenador do Movimento O Povo e o SUS (PSUS). E-mail: skrfontes.efe@uesc.br

[3] Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Coordenadora do Núcleo de Educação em Enfermagem (NEENF/UESC). E-mail: aelavinsky@uesc.br